

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.672.309 - TO (2020/0051118-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : RANDERSON RIBEIRO DE JESUS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por RANDERSON RIBEIRO DE JESUS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, assim resumido:

APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PALAVRA DE TESTEMUNHA E DE AGENTE POLICIAL. PROVA ROBUSTA A SUSTENTAR O DECRETO CONDENATÓRIO.

1. A palavra da testemunha presencial, que reconhece sem dúvidas o recorrente como sendo um dos participantes da tentativa de furto, aliada com a apreensão do mesmo pela autoridade policial, momento após a prática do ato (havendo novo reconhecimento da testemunha presencial) é prova robusta a sustentar a condenação.

2. Recurso conhecido e PROVIDO.

Alega violação do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, no que concerne à absolvição do recorrente em razão de inexistência de prova suficiente para a condenação, trazendo os seguintes argumentos:

O recorrente Randerson Ribeiro de Jesus foi absolvido pelo juízo de primeiro grau e, posteriormente condenado pelo TJTO, nas penas do artigo 155, §4º, I e IV, c.c artigo 14 do Código Penal, à reprimenda de 01 anos e 04 meses de reclusão, e ao pagamento de 7 dias - multa, no regime aberto, substituída por duas penas restritivas de direito. A pretensão da defesa é no sentido de restabelecer a sentença absolutória de primeiro grau, ante a ausência total de provas. (fls. 122).

No processo penal a verdade tem que estar contida nos autos. O crime, em sua perfeita configuração, tem que estar evidenciada no processo. Com a máxima vênia, nos presentes autos ficou evidenciado que a realidade dos fatos diverge totalmente do que dispõe o acórdão ora combatido, visto que no aludido processo inexistia qualquer prova que sustentasse a condenação do recorrente, já que ausente a prova da materialidade do delito. (fls. 122).

A absolvição do recorrente, com base no artigo 386, VII, do CPP, em

observância ao postulado do in dubio pro reo , é medida que se impõe, tendo em vista que a pretensão condenatória somente deve prosperar quando se puder extrair dos autos a certeza da materialidade e autoria delitiva, o que não ocorreu nos presentes autos. Vejamos os fundamentos da sentença absolutória: [...] (fls. 123).

Existindo a fragilidade das provas, todo o juízo edificado padece de segurança, dando margem às arbitrariedades e pondo em risco o ideal de justiça preconizado pelas sociedades democráticas.

O réu negou a autoria do crime. A testemunha de acusação José de Assis, afirma que viu o denunciado de costas, saindo, mas que ele não estava com o martelo, não sabendo, dessa forma, identificar com precisão o réu como sendo o autor do crime.

Ademais, a polícia militar agiu de forma ilegal, entrou na casa do denunciado depois das 18h00min, sem mandado. Policial só pode entrar na casa de alguém se tiver mandado judicial de busca e apreensão ou se houver fundadas razões de que ocorre flagrante delito no local.

Em juízo, foram ouvidas como testemunhas o guarda noturno da Rodoviária que informa apenas que no momento dos fatos avistou o recorrente de costas, o que impossibilita afirmar com convicção que ele é o autor dos fatos e um policial militar que participou da prisão em flagrante do denunciado, que informa que saiu em busca do mesmo porque o guarda noturno apontou-o como autor. (fls. 123).

Ora, como ser apontando como Acusado por um que sequer viu sua face e por outro que não estava no momento do ocorrido e se baseou pela narração de um terceiro? Por isso, havendo dúvidas acerca da autoria do crime de furto tentado, deve o acusado lograr obter a absolvição, em razão da incidência do princípio in dubio pro reo. (fls. 124).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

O mérito recursal se funda na comprovação de autoria e materialidade para o delito de furto qualificado tentado ora em discussão.

seguintes informações:

Nas declarações de José de Assis, vigia noturno, podemos extrair as

Promotor: já tinha visto o Randerson anteriormente?

Testemunha: Só de vista;

Promotor: A PM depois que fez a captura dele, levou ao senhor para reconhecer:

Testemunha: Isso mesmo;

Defensora Pública: Você afirma com certeza que era o Randerson que estava lá?

Testemunha: Sim.

Defensora Pública: Como ele estava?

Testemunha: De costas;

Defensora Pública: Como você pode afirmar que era ele?

Testemunha: Já o tinha visto de outras ocasiões.

A testemunha Ildemar Rodrigues, policial militar ouvido em

Superior Tribunal de Justiça

juízo, confirmou que fora acionado pelo vigia e que ele teria identificado como sendo um dos agentes que tentaram praticar o furto, o filho do Valdemar, o recorrente Randerson.

Afirmou ainda que após a prisão do recorrido, levou o mesmo à presença do vigia, o qual de pronto o identificou como sendo um dos agentes.

No que se refere à materialidade delitiva, além da palavra da testemunha, a qual presenciou a tentativa de delito ser praticada por dois indivíduos, temos o laudo pericial (Evento 12, do IP), que atesta a vidraça quebrada.

Assim, entendo que a autoria e a materialidade restaram devidamente demonstradas no caso em apreço, devendo a r. sentença ser reformada. Desta forma, condeno Randerson Ribeiro de Jesus, como incurso no Artigo 155, §4º, I e IV, c/c Artigo 14, II, do CP. (fl. 104)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente